

462

PEDAGOGIA DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS: TRILHANDO ESPAÇOS DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL ENTRE ORIENTADOR E ADOLESCENTE.

Rosele Martins Guimaraes, Armgardt Luz, Délcio Agliardi, Magda Martins, Élcio Meneses, Adriana Dornelles Sehnem, Milene Mabilde Petracco, Paula Flores Grigoletto, Eduardo Martinelli Leal, Paolo Butori Rivera, Lucas Padilha Rosa, Carmem Maria Craidy (orient.) (UFRGS).

Este trabalho é o resultado da pesquisa intitulada “Pedagogia das Medidas Sócio-educativas”, coordenada pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social – NUPEEEVS. O estudo teve caráter amostral, envolvendo dados quantitativos e qualitativos e foi realizado através de visitas e aplicação de questionários nas unidades de execução de Medidas Sócio-Educativas (MSE) no Rio Grande do Sul. As entrevistas foram realizadas em todas as esferas da execução, com questionários específicos para coordenadores, referências e orientadores das MSE (especialmente as medidas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida). Para o presente estudo, apresentamos o resultado dos dados levantados junto aos orientadores de medidas sócio-educativas. Assim, definimos como orientador, o funcionário designado ou voluntário que acompanha as tarefas na rotina que o adolescente em cumprimento de medida acaba estabelecendo. Na pesquisa, foi constatada a convergência de alguns dados significativos, a saber, o fato de serem os orientadores, em sua maioria, funcionários com baixa escolaridade, designados a este trabalho pelas chefias das instituições onde trabalham; a alta incidência de tarefas como limpeza e serviços gerais desenvolvidas pelos adolescentes, assim como a falta de sistematicidade e espaços de capacitação para os orientadores. Os orientadores relataram não possuírem suporte técnico e subjetivo para essa função. Apesar disso, são eles que acabam criando uma relação de proximidade com os adolescentes, o que, sob a perspectiva do impacto das MSE, foi trazido como o elemento mais relevante. Desta forma, o efeito da medida acaba dependendo muito mais da sensibilidade de cada funcionário envolvido no atendimento ao adolescente, pela disponibilidade e potencialidade pessoal, do que por uma política que estabeleça diretrizes para o trabalho na área da violência e juventude. (Fapergs).